



## STJ divulga teses sobre seguro de vida de policial e férias de juízes

O Superior Tribunal de Justiça disponibilizou, nesta segunda-feira (21/5), cinco novos temas na [Pesquisa Pronta](#).

### Direito Civil

Sobre o pagamento de seguro de vida em razão da morte de policial fora do horário de serviço, o STJ entende que, quando demonstrado que o óbito do segurado ocorreu em situação em que ele agiu em razão de seu dever funcional, mesmo fora do local de trabalho, a cobertura securitária é devida.

### Direito Administrativo

Acerca do início do período aquisitivo de férias de juízes no primeiro ano do exercício do cargo, o STJ entende que, diante do silêncio da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Lomam), aplica-se a [Lei 8.112/90](#), de forma subsidiária. Logo, como dispõe o artigo 77 da lei, são exigidos 12 meses de efetivo exercício das funções de magistrado para o primeiro período aquisitivo de férias.

A corte já decidiu que, enquanto estiverem presentes as circunstâncias que as justifiquem, é possível a percepção simultânea dos adicionais de irradiação ionizante e de insalubridade e da gratificação por trabalho com raio-x.

### Direito Tributário

O STJ já decidiu que incide Imposto de Renda sobre o acréscimo patrimonial decorrente das operações de *swap* de câmbio com cobertura de risco (*hedge*).

### Direito Processual Civil

De acordo com a jurisprudência do tribunal, a impenhorabilidade do bem de família não pode ser arguida em ação anulatória da arrematação, após o encerramento da execução. *Com informações da Assessoria de Imprensa do STJ.*

### Date Created

21/05/2018